

Estado de Santa Catarina
**Prefeitura de
São José do Cedro**



CADERNO DE PROVA **TIPO 1**

Edital de Concurso Público nº 009/2026

PROCURADOR MUNICIPAL



Foto: Prefeitura de São José do Cedro/SC

ATENÇÃO!

Leia atentamente as instruções constantes no verso desta capa.

- 

Conhecimentos Específicos

Questão 01

O Município possui três imóveis em situação distinta: uma praça central utilizada pela população há décadas; um prédio ocupado por escola pública em funcionamento; e um terreno sem destinação específica, recebido por dação em pagamento de contribuinte inadimplente. A Secretaria de Patrimônio pretende vender os três bens para custear a construção de uma nova unidade administrativa, argumentando que todos pertencem ao Município e, portanto, integram livremente o patrimônio disponível. Antes de iniciar procedimento de alienação, o Prefeito solicita parecer sobre a classificação dos bens públicos, a necessidade de desafetação e a compatibilidade da venda com o regime jurídico aplicável.

Considerando a classificação, a afetação e a possibilidade de alienação dos bens indicados, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A praça, a escola e o terreno podem ser alienados pelo Município, desde que haja finalidade administrativa indicada no processo.
- (B) A escola possui natureza dominical por integrar o patrimônio municipal, enquanto a praça depende de autorização de uso.
- (C) A praça e a escola são bens afetados a finalidades públicas, enquanto o terreno sem destinação pode ser tratado como bem dominical.
- (D) O terreno recebido por dação em pagamento mantém regime de uso especial até que a Administração edite ato de incorporação.

Questão 02

A Corregedoria encaminha à Procuradoria notícia de que servidor municipal responsável pela emissão de certidões de regularidade fiscal passou a condicionar a liberação de documentos ao pagamento de "taxa extra" diretamente em sua conta pessoal. Em um dos atendimentos, o contribuinte gravou a conversa na qual o servidor afirmou que, sem o pagamento, a certidão ficaria "parada por tempo indeterminado", embora todos os requisitos legais já estivessem cumpridos. Em outro procedimento, apurou-se que o mesmo servidor havia recebido valores de terceiros para acelerar processos administrativos. O Procurador deve classificar juridicamente a conduta principal narrada, distinguindo exigência de vantagem indevida, solicitação ou recebimento de vantagem, apropriação de bem público e retardamento de ato por interesse pessoal.

Considerando os crimes contra a Administração Pública e o núcleo da conduta praticada pelo servidor, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A exigência de vantagem indevida em razão da função caracteriza concussão.
- (B) O atraso da certidão enquadra a conduta principal como prevaricação.

- (C) A certidão ser devida afasta o crime se não houver dano ao Município.
- (D) O recebimento de valores pelo servidor configura peculato por apropriação.

Questão 03

A Secretaria Municipal de Obras pretende contratar consultoria especializada para revisar projeto estrutural de ponte urbana, após surgirem fissuras em laudos de inspeção e risco de interdição parcial da via. A equipe técnica informa que o serviço demanda análise técnica especializada em engenharia de estruturas e responsabilidade profissional individualizada. Três empresas atuam no mercado regional, mas apenas uma possui equipe com experiência comprovada em pontes com o mesmo método construtivo, publicações técnicas e atestados compatíveis. O Secretário deseja contratar diretamente essa empresa, sem licitação, alegando urgência política e confiança pessoal no engenheiro responsável. O processo ainda não contém estimativa de preço, justificativa de escolha, demonstração de notória especialização nem razão da inviabilidade de competição.

Considerando as exigências da Lei nº 14.133/2021 para a contratação direta, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A dispensa pode ser adotada quando o risco estrutural recomenda contratação direta, com escolha vinculada à autoridade competente.
- (B) A licitação deve ser adotada quando houver serviço de engenharia, ainda que o objeto envolva consultoria técnica especializada.
- (C) A inexigibilidade pode ser admitida se comprovadas a inviabilidade de competição, a notória especialização e a justificativa do preço.
- (D) A confiança técnica do gestor pode justificar a escolha, desde que haja fiscalização posterior por servidor da área competente.

Questão 04

A Secretaria Municipal de Administração instaurou processo para revisar a situação funcional de servidores admitidos em diferentes períodos. Entre os casos, há servidor aprovado em concurso para cargo efetivo e em exercício há mais de quatro anos, mas sem avaliação especial formalizada; ocupante de cargo em comissão que sustenta ter adquirido estabilidade pela permanência prolongada; servidor efetivo acusado de falta grave, com processo disciplinar ainda sem relatório final; e servidor estável incluído em programa de avaliação periódica de desempenho previsto em lei local. A Procuradoria deve orientar a comissão para evitar nulidades, especialmente porque parte dos interessados já anunciou que impetrará mandado de segurança caso haja exoneração sem observância das garantias constitucionais.

Considerando o regime constitucional da estabilidade e da perda do cargo público, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O servidor estável pode perder o cargo mediante avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar e com ampla defesa.
- (B) O ocupante de cargo em comissão pode adquirir estabilidade quando exerce atribuições permanentes por período superior a três anos.
- (C) O servidor acusado de falta grave pode ser exonerado antes da conclusão do processo disciplinar, se houver indícios suficientes.
- (D) O servidor em cargo efetivo perde a estabilidade quando a Administração deixa de formalizar avaliação especial no prazo constitucional.

Questão 05

Em junho de 2026, a Procuradoria Fiscal recebe relatório da Secretaria de Finanças informando que determinado imóvel urbano, embora cadastrado desde 2021, não teve IPTU lançado naquele exercício por erro de migração de sistema. Não houve notificação do contribuinte, constituição formal do crédito nem pagamento antecipado. A equipe pergunta se ainda é possível lançar o IPTU referente ao fato gerador de 1º de janeiro de 2021 e, em caso positivo, quando começaria a prescrição para cobrança judicial. O Procurador deve diferenciar decadência e prescrição, pois a inscrição em dívida ativa e o ajuizamento de execução fiscal só serão viáveis após constituição regular do crédito tributário.

Considerando o prazo decadencial para lançar o IPTU de 2021 e o termo inicial da prescrição da cobrança judicial, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A execução fiscal pode ser ajuizada com relatório fiscal, desde que o valor seja estimado antes da inscrição.
- (B) A decadência ocorreu em 1º/01/2026, pois o prazo deve ser contado diretamente da ocorrência do fato gerador.
- (C) O lançamento pode ser feito até 31/12/2026, e a prescrição começa após a constituição definitiva do crédito.
- (D) A prescrição começou em 1º/01/2021, ainda que o crédito não tenha sido lançado nem notificado ao contribuinte.

Questão 06

Uma empresa de transporte escolar foi autuada por operar veículos sem vistoria municipal regular. No processo administrativo, a defesa alegou que não foi intimada para apresentar documentos complementares, que a decisão sancionatória apenas repetiu a conclusão do fiscal e que a multa foi aplicada no valor máximo sem explicar a gravidade concreta da infração. O Secretário entende que a Administração não precisa motivar decisões quando o auto de infração é claro. A Procuradoria é instada a revisar o procedimento antes da inscrição em dívida ativa, pois eventual nulidade administrativa poderá comprometer futura execução fiscal e gerar condenação por honorários em ação anulatória. Julgue os itens a seguir e assinale V para

verdadeiro e F para falso:

() A motivação é especialmente exigida em decisões que imponham sanções ou afetem direitos dos administrados.

() A Administração pode valorar a gravidade da infração, mas deve justificar a dosimetria quando houver margem normativa.

() A possibilidade de controle judicial posterior permite manter a sanção aplicada sem contraditório no processo administrativo.

() A finalidade pública e a proporcionalidade integram o controle de validade do ato sancionatório administrativo.

Considerando as exigências de motivação, contraditório e proporcionalidade no processo sancionador, assinale a alternativa com a sequência CORRETA, de cima para baixo.

- (A) V, V, F, V.
- (B) V, F, V, F.
- (C) F, V, F, V.
- (D) F, F, V, F.

Questão 07

A Procuradoria recebe consulta sobre contrato firmado entre o Município e associação civil local para cessão de uso de espaço em prédio público, condicionada à realização de oficinas culturais. No curso da execução, surgem dúvidas sobre a capacidade da associação, seu domicílio jurídico, a validade de ata de eleição da diretoria e o prazo para anular deliberação tomada com vício formal. O procurador responsável observa que parte das discussões é de direito público, mas a análise da personalidade jurídica, representação e validade dos atos associativos depende de noções da Parte Geral do Código Civil. A Secretaria pede orientação para saber se pode reconhecer automaticamente a invalidade dos atos praticados pela associação. Considerando as regras civis sobre pessoa jurídica, domicílio e invalidade dos atos associativos, julgue as assertivas a seguir:

I. A existência legal da pessoa jurídica de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.

II. O domicílio da pessoa jurídica de direito privado é, em regra, o local em que funcionam suas diretorias e administrações.

III. O vício formal em deliberação associativa dispensa a qualificação entre nulidade, anulabilidade e eventual regularização do ato.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- (B) As assertivas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

Questão 08

Uma servidora municipal solicita acesso a registros funcionais constantes de banco de dados da Secretaria de Administração, alegando que informações desatualizadas sobre licenças médicas têm prejudicado sua participação em remoções internas. O pedido administrativo é protocolado com documentos pessoais, mas a Secretaria não responde por mais de sessenta dias. A servidora procura advogado e pretende obter cópia dos dados e retificação das informações incorretas, caso comprovado o erro. A Procuradoria deve orientar qual instrumento constitucional é adequado, considerando que a pretensão envolve conhecimento e eventual correção de informações pessoais constantes de registro público administrativo.

Diante da omissão administrativa e da finalidade de acesso e retificação de dados pessoais, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O instrumento adequado é a ação popular, pois a correção de registros administrativos protege a moralidade pública.
- (B) O instrumento adequado é o habeas data, pois busca acesso e retificação de dados pessoais em registro público.
- (C) O instrumento adequado é o mandado de injunção, pois a falta de resposta impede o exercício de direito funcional.
- (D) O instrumento adequado é o habeas corpus, pois a omissão afeta reflexamente interesses funcionais da servidora.

Questão 09

O Município pretende licenciar empreendimento privado para implantação de loteamento próximo à área de preservação permanente e a curso d'água usado por comunidades locais. O empreendedor sustenta que, obtida licença estadual, a Prefeitura não poderia impor condicionantes urbanísticas nem fiscalizar danos ambientais de interesse local. Moradores, por sua vez, requerem audiência pública, estudo técnico e preservação de área verde municipal. A Procuradoria deve orientar o Prefeito considerando o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a competência municipal para proteção de interesses locais, a possibilidade de responsabilização por danos ambientais e o dever do Poder Público de controlar atividades potencialmente lesivas.

Considerando a atuação municipal no licenciamento local e a proteção constitucional do meio ambiente, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O meio ambiente equilibrado orienta políticas públicas, mas não autoriza condicionantes em licenciamento local.
- (B) A licença estadual limita a atuação municipal quando o empreendimento envolver área próxima a curso d'água.

- (C) O Município pode atuar na proteção ambiental de interesse local, exigir parâmetros urbanísticos e fiscalizar danos.
- (D) A responsabilidade ambiental depende de condenação penal quando houver atividade privada licenciada.

Questão 10

Uma sociedade empresária transfere imóvel urbano ao seu próprio patrimônio social como integralização de capital subscrito por sócios. O setor de arrecadação pretende cobrar Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), alegando que houve transmissão inter vivos de bem imóvel e que o Município enfrenta queda de receita. A empresa sustenta imunidade constitucional e informa que sua atividade principal é desenvolvimento de software, sem compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis. O Fiscal solicita parecer da Procuradoria sobre a hipótese de incidência do ITBI, a regra constitucional de imunidade relativa à integralização de capital e a ressalva aplicável quando a atividade preponderante do adquirente envolve operações imobiliárias.

Considerando a incidência do ITBI na integralização de imóvel ao capital social e a atividade da pessoa jurídica adquirente, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A imunidade depende de decreto municipal, conforme a situação fiscal do ente tributante.
- (B) O ITBI não incide na integralização de capital, ressalvada a atividade preponderante imobiliária.
- (C) O ITBI incide na transferência registral, ainda que o imóvel componha o capital social.
- (D) O ITBI é tributo estadual quando a transmissão decorrer de ato societário entre vivos.

Questão 11

Um aluno da rede municipal sofre lesão durante atividade esportiva organizada pela escola, após queda de estrutura móvel instalada para evento interno. A família ajuíza ação indenizatória contra o Município, alegando falha na manutenção do equipamento e ausência de isolamento da área. A Secretaria de Educação informa que o equipamento havia sido montado por servidor municipal sem treinamento específico, mas sustenta que o Município só responderia se ficasse comprovado dolo do agente público. O Prefeito pergunta à Procuradoria se a responsabilidade civil estatal depende de culpa administrativa, se cabe ação regressiva e se a apuração disciplinar deve aguardar o término da ação indenizatória proposta pela família.

Considerando a responsabilidade civil do Município por danos causados por seus agentes e a possibilidade de regresso, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O Município responde objetivamente pelo dano, com regresso contra o agente em caso de dolo ou culpa.

- (B) A apuração funcional depende do encerramento da ação indenizatória proposta pela família.
- (C) O Município responde se houver prova de dolo do servidor, diante da atividade escolar desenvolvida.
- (D) A vítima deve demandar o agente responsável quando o dano decorrer de ato material de servidor.

Questão 12

Um particular ocupa há mais de vinte anos área pertencente ao Município, originalmente destinada à implantação de equipamento comunitário, mas nunca utilizada. No local, construiu moradia simples, paga contas de energia e água e afirma que todos os vizinhos o reconhecem como dono. Ao ser notificado para desocupar a área, apresenta requerimento administrativo de reconhecimento de usucapião, alegando posse mansa, pacífica, contínua e função social da moradia. A Secretaria de Habitação demonstra preocupação social, mas a Procuradoria deve esclarecer a diferença entre política pública de regularização, autorização de uso, concessões especiais eventualmente cabíveis e aquisição originária da propriedade por usucapião de bem público.

Considerando a ocupação de área municipal e os limites jurídicos da usucapião sobre bens públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A posse com aparência de domínio permite reconhecimento administrativo de propriedade sobre área municipal.
- (B) A ausência de uso administrativo do imóvel converte a área pública em bem privado sujeito à aquisição originária.
- (C) A ocupação prolongada de imóvel público não autoriza usucapião, ainda que haja posse contínua e moradia no local.
- (D) A função social da moradia permite usucapião de área municipal quando houver ocupação superior a cinco anos.

Questão 13

Na Câmara Municipal, vereador apresenta projeto de lei criando gratificação permanente para servidores da Procuradoria, alterando atribuições de cargos efetivos e determinando que a despesa seja suportada por remanejamento interno da Secretaria de Administração. O projeto recebe emenda parlamentar que aumenta o percentual da gratificação e inclui servidores de outra carreira. A Mesa Diretora entende que, por se tratar de valorização do serviço público, a proposta pode tramitar normalmente. O Prefeito, antes de eventual sanção, consulta a Procuradoria sobre vício de iniciativa, emenda parlamentar e simetria com as normas constitucionais que reservam ao Chefe do Executivo certas matérias relativas a servidores e organização administrativa.

Considerando a iniciativa legislativa para tratar de servidores do Executivo e os limites às emendas parlamentares, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Há vício de iniciativa, pois a proposta trata de remuneração e atribuições de servidores vinculados ao Executivo.
- (B) A emenda parlamentar pode ampliar despesa quando mantiver relação com a valorização do serviço público.
- (C) A sanção do Prefeito afasta o vício de iniciativa quando houver concordância posterior com o conteúdo aprovado.
- (D) A iniciativa parlamentar é válida quando o projeto indica remanejamento interno para custear a despesa criada.

Questão 14

O Ministério Público ajuíza ação de improbidade contra ex-Secretário Municipal de Saúde. Segundo a inicial, ele autorizou pagamento emergencial a fornecedor sem pesquisa suficiente de preço e sem parecer jurídico conclusivo, mas os medicamentos foram entregues, não houve prova de enriquecimento pessoal e a auditoria não identificou dano ao erário. A inicial sustenta que a conduta foi gravemente negligente e que, por si só, demonstraria improbidade. Em reunião com o Prefeito, a Procuradoria avalia os efeitos da reforma da Lei de Improbidade Administrativa e a necessidade de diferenciar irregularidade administrativa, culpa grave, dolo e prejuízo efetivo.

Considerando o elemento subjetivo exigido para a configuração de improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A improbidade exige conduta dolosa, não bastando a mera culpa na gestão do contrato.
- (B) A ausência de dano ao erário impede exame de violação aos princípios administrativos.
- (C) A culpa grave autoriza improbidade quando a contratação revela falha de planejamento.
- (D) A falta de parecer conclusivo caracteriza improbidade por lesão presumida ao erário.

Questão 15

Em contrato municipal de manutenção predial continuada, a empresa contratada atrasou a substituição de equipamentos essenciais em uma unidade de pronto atendimento. O fiscal do contrato relata risco de interrupção parcial do serviço, divergência sobre responsabilidade por evento previsível no termo de referência e necessidade de aplicar penalidade. O Secretário cogita alterar unilateralmente o contrato, ocupar provisoriamente bens da contratada e reequilibrar valores, tudo no mesmo despacho. Antes de qualquer medida, a Procuradoria recomenda identificar corretamente cada instituto contratual, pois o uso inadequado de prerrogativas administrativas pode gerar nulidade, responsabilização do gestor e desequilíbrio econômico-financeiro indevido. Considerando os institutos aplicáveis aos contratos administrativos, relacione corretamente as colunas:

COLUNA I - Itens

I.Alteração unilateral.

II.Fiscalização contratual.

III.Matriz de riscos.

IV.Aplicação de sanção administrativa.

COLUNA II - Conceito

1.Acompanhamento técnico da execução, com registro de ocorrências e comunicação das falhas à autoridade competente.

2.Distribuição prévia de responsabilidades entre contratante e contratado quanto a eventos que afetem custos e execução.

3.Modificação promovida pela Administração nos limites legais, com preservação do equilíbrio econômico-financeiro.

4.Reação punitiva por infração contratual, dependente de processo, motivação, contraditório e proporcionalidade.

Assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

(A) I-1, II-4, III-3, IV-2.

(B) I-2, II-3, III-4, IV-1.

(C) I-4, II-2, III-1, IV-3.

(D) I-3, II-1, III-2, IV-4.

Questão 16

No centro histórico do Município, um casarão particular foi tombado por sua relevância arquitetônica e por integrar conjunto urbano protegido. O proprietário, alegando alto custo de manutenção e interesse em construir estacionamento, inicia demolição parcial sem autorização do órgão competente. A fiscalização embarga a obra e encaminha o caso à Procuradoria. Em sua defesa, o particular afirma que o tombamento retirou integralmente seu direito de propriedade e que, por isso, poderia demolir o imóvel ou exigir indenização imediata. O órgão cultural informa que o imóvel ainda pode ser utilizado para fins compatíveis, desde que preservadas fachada e volumetria, e que a demolição compromete a integridade do conjunto protegido.

Considerando os efeitos jurídicos do tombamento e os limites de intervenção no bem protegido, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O tombamento incorpora o imóvel ao domínio municipal e permite demolição por decisão administrativa.

(B) A indenização decorre do tombamento quando houver limitação administrativa ao uso do imóvel.

(C) O tombamento restringe o uso, preserva o domínio privado e exige autorização para demolição ou alteração.

(D) O custo elevado de conservação autoriza demolição, desde que o proprietário comunique o órgão cultural.

Questão 17

O Prefeito encaminha à Procuradoria minuta de reforma administrativa para reorganizar serviços de saúde, saneamento e tecnologia da informação. A proposta cria uma autarquia para regulação de serviços públicos, autoriza a instituição de empresa pública para desenvolvimento de sistemas internos, transforma uma fundação pública de direito privado em órgão da Secretaria de Saúde e atribui à sociedade de economia mista municipal tratamento tributário próprio, sem equivalente às empresas privadas do setor. A chefia da Procuradoria solicita exame preventivo de constitucionalidade, pois o projeto será enviado à Câmara com pedido de tramitação prioritária. O procurador responsável deve avaliar a forma adequada de criação das entidades, a distinção entre desconcentração e descentralização, bem como os limites constitucionais aplicáveis às empresas estatais exploradoras de atividade econômica. Julgue os itens como verdadeiros (V) ou falsos (F):

() A criação de autarquia exige lei específica, pois se trata de pessoa jurídica de direito público integrante da Administração indireta.

() Empresa pública e sociedade de economia mista dependem de autorização legal específica, não bastando decreto autônomo do Prefeito.

() Sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica pode receber tratamento fiscal próprio em relação às empresas privadas concorrentes.

() A transformação de fundação pública em órgão interno caracteriza descentralização administrativa por serviços, sem manutenção de personalidade jurídica.

Assinale a alternativa com a sequência CORRETA, de cima para baixo.

(A) V, V, F, F.

(B) F, V, F, V.

(C) V, F, V, F.

(D) F, F, V, V.

Questão 18

Na Procuradoria Jurídica de um Município de médio porte, chega consulta formulada pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano sobre alvará de funcionamento concedido há quatro anos a uma empresa de armazenamento químico em área predominantemente residencial. O processo administrativo originário continha parecer técnico favorável, mas a nova gestão constatou que o parecer partiu de planta apresentada com metragem incorreta e omitiu a existência de escola municipal a menos de cem metros do imóvel.

A empresa afirma que realizou investimentos vultosos, que renovou licenças acessórias e que não poderia ser surpreendida por mudança de entendimento administrativo. O procurador verifica que a legislação urbanística vigente à época da concessão já proibia a atividade naquele endereço e que há indícios de que o

particular tinha ciência da inconsistência documental.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A Administração deve anular o alvará, por vício originário de legalidade, com contraditório e análise da má-fé indicada.
- (B) A Administração deve revogar o alvará, por nova avaliação urbanística, atribuindo à retirada efeitos desde a concessão.
- (C) A Administração deve convalidar o alvará, pois as licenças acessórias posteriores confirmam a regularidade urbanística inicial.
- (D) A Administração deve aguardar o fim do exercício, preservando o ato pelos investimentos realizados e licenças posteriores.

Questão 19

Uma empresa contratada para fornecer mobiliário à entidade privada parceira do Município cobra judicialmente dois devedores que assinaram instrumento particular de confissão de dívida. Um deles afirma que não pode ser cobrado pela totalidade, pois o contrato não usou a palavra "solidariedade"; o outro sustenta que a obrigação se tornou inexigível porque houve atraso do credor em retirar parte dos móveis. A Procuradoria é chamada porque há convênio municipal relacionado ao projeto e precisa avaliar, em parecer informativo, conceitos de obrigações civis, solidariedade, mora e inadimplemento, sem assumir a defesa dos particulares. O contrato prevê dois devedores, prestação divisível e nenhuma cláusula expressa de responsabilidade solidária.

Considerando a solidariedade obrigacional, a mora e os efeitos do inadimplemento civil, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O inadimplemento exige prova de dolo do devedor, quando a obrigação tiver origem contratual escrita.
- (B) A mora do credor extingue a obrigação quando houver atraso na retirada de parte dos bens contratados.
- (C) A solidariedade exige previsão legal ou contratual, pois a pluralidade de devedores não autoriza cobrança integral por si só.
- (D) A solidariedade decorre da assinatura conjunta do instrumento, quando a dívida é confessada por mais de um devedor.

Questão 20

Após enchente intensa em bairro ribeirinho, fiscais municipais de vigilância sanitária comparecem a um mercado que continuava vendendo alimentos perecíveis armazenados em freezers desligados desde a madrugada. No local, constata-se odor forte, embalagens danificadas e risco de consumo por moradores que buscavam mantimentos. O gerente se opõe à lavratura do auto, alegando que a Prefeitura só poderia interditar o

estabelecimento mediante decisão judicial e que a aplicação de multa dependeria de processo judicial prévio. A Procuradoria é chamada para orientar a equipe sobre os limites do poder de polícia administrativa, distinguindo providências urgentes de sanções definitivas e avaliando a necessidade de motivação, proporcionalidade e processo administrativo posterior. Julgue as assertivas a seguir:

I.O poder de polícia permite condicionar ou restringir atividades privadas em razão do interesse público, desde que observado o suporte legal e a proporcionalidade da medida.

II.A autoexecutoriedade decorre da relevância do interesse público e permite executar a medida quando a Administração busca preservar a eficácia da fiscalização.

III.A interdição cautelar pode ser admitida diante de risco sanitário atual, sem dispensar motivação adequada, controle posterior e contraditório no processo sancionador.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as assertivas I e III estão corretas, pois a atuação urgente exige motivação e defesa posterior.
- (B) Apenas as assertivas II e III estão corretas, pois a proteção sanitária basta para execução administrativa direta.
- (C) Apenas as assertivas I e II estão corretas, pois o risco sanitário permite execução direta e defesa posterior.
- (D) As assertivas I, II e III estão corretas, pois o interesse público permite interdição cautelar e sanção posterior.

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 30.

Da comunicação de massa à participação: as redes sociais digitais

Por que as redes sociais? Porque, a cada dia, cresce a crença de que as tecnologias de comunicação em rede podem ser uma ferramenta eficiente para promover a comunicação, pois se constituem no instrumento mais poderoso de circulação de informação da contemporaneidade. Para Lemos (2003), este momento é caracterizado pela cibercultura, que se consolidou entre as décadas de 1980 e 1990 com a informática de massa e a popularização da internet, a qual ganhou força após a criação da world wide web, em 1991.

As novas tecnologias permitiram a criação de meios de comunicação mais interativos, liberando os indivíduos das limitações de espaço e tempo e tornando a comunicação mais flexível. Com apenas um clique, qualquer pessoa pode acessar uma informação específica e manter contato com pessoas que estão distantes. Os jovens nascidos após 1995 são "nativos" da cibercultura, inseridos num modelo de comunicação

cujos equipamentos operam por meio da convergência de mídias.

É importante lembrar também que esse cenário se alicerça na ideia da participação. Em decorrência do fácil acesso às informações e às tecnologias de comunicação, as pessoas passaram a ter mais liberdade para expressar suas opiniões, a participar de forma ativa das mobilizações e a trocar informações constantemente. Esse cenário impõe um desafio aos profissionais da comunicação, que precisam não só proporcionar experiências empolgantes ao público, mas também buscar a transformação da sociedade.

O termo "rede social" tornou-se sinônimo de tecnologia da informação e comunicação; seu uso transcorreu áreas e destruiu fronteiras, sendo apropriado, hoje, por muitos atores sociais. Uma das apropriações mais intensas deu-se no campo da comunicação – mas não exclusivamente –, com o emprego de expressões como rede social digital, mídia social e mídia digital, para designar o fenômeno em questão.

Houve, com efeito, uma mudança significativa na estrutura da comunicação em razão dos recursos disponibilizados pela internet. Os meios de massa baseiam-se no sistema de broadcasting, que emite um mesmo conteúdo, gerado por um único veículo, para muitos receptores, sem possibilidade de interferência do espectador. Já as ferramentas baseadas na rede inauguram outra lógica: nelas, o usuário deixa de ser mero receptor e passa a produzir e a difundir informação.

Adaptado de: VERMELHO, Sônia Cristina; VELHO, Ana Paula Machado; BONKOVOSKI, Amanda; PIROLA, Alisson. Refletindo sobre as redes sociais digitais. Educação & Sociedade, Campinas, v. 35, n. 126, p. 179-196, jan./mar. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/4JR3vpJqsZLSgCZGVr88rYf/>. Acesso em: 6 jun. 2026.

Questão 21

O texto afirma que os profissionais da comunicação precisam "buscar a transformação da sociedade". Tomando esse tema e considerando as relações de regência exigidas pela norma-padrão, assinale a alternativa em que o complemento está corretamente regido.

- (A) Os jovens assistem o processo de convergência das mídias.
- (B) Os usuários preferem mais produzir conteúdo do que recebê-lo.
- (C) As redes sociais visam à transformação da sociedade.
- (D) O fenômeno digital implica em mudanças na estrutura comunicativa.

Questão 22

Considerando a predicação verbal, analise os trechos do texto e assinale a alternativa em que a classificação do predicado está correta.

- (A) Em "tornando a comunicação mais flexível", o predicado é verbal, pois "tornar" exprime ação concreta sobre o objeto.
- (B) Em "este momento é caracterizado pela cibercultura", o predicado é nominal, por apresentar o verbo "ser" como elemento de ligação.
- (C) Em "qualquer pessoa pode acessar uma informação específica", o predicado é nominal, sendo "informação" o predicativo do sujeito.
- (D) Em "as tecnologias [...] podem ser uma ferramenta eficiente", o predicado é nominal, pois o núcleo é o predicativo do sujeito "ferramenta", ligado por verbo de ligação.

Questão 23

A progressão argumentativa do texto avança da conceituação das tecnologias em rede até o contraste final entre o sistema de broadcasting e as ferramentas baseadas na rede. Considerando essa articulação de ideias, conclui-se que a principal transformação atribuída pelos autores às redes sociais digitais consiste em:

- (A) O aumento da velocidade de circulação das informações, que se tornou instantânea com a popularização da world wide web.
- (B) A substituição definitiva dos meios de comunicação de massa pelas mídias digitais interativas de alcance global.
- (C) A ampliação do alcance geográfico da comunicação, que suprimiu por completo as limitações de espaço e de tempo.
- (D) A redefinição do papel do sujeito no processo comunicativo, que passa da condição de receptor à de produtor e difusor de informação.

Questão 24

Observe o período: "Para Lemos (2003), este momento é caracterizado pela cibercultura, que se consolidou entre as décadas de 1980 e 1990 com a informática de massa." A oração introduzida pelo termo "que" classifica-se como subordinada:

- (A) Adjetiva restritiva, pois delimita o sentido do antecedente, restringindo-o a uma única referência possível.
- (B) Adjetiva explicativa, pois acrescenta informação acessória a um antecedente já definido, vindo isolada por vírgula.
- (C) Adverbial temporal, pois situa no tempo o processo de consolidação da cibercultura mencionado antes.
- (D) Substantiva apositiva, pois explicita o conteúdo de um termo anterior de natureza nominal e abstrata.

Questão 25

A respeito do emprego dos sinais de pontuação no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em "Houve, com efeito, uma mudança significativa", as vírgulas isolam o sujeito da oração, com o objetivo de destacá-lo do restante do período argumentativo do texto em referência.
- (B) Em "no campo da comunicação — mas não exclusivamente —, com o emprego de expressões", os travessões isolam uma explicação, podendo ser substituídos por vírgulas.
- (C) Em "tecnologia da informação e comunicação; seu uso transcorreu áreas", o ponto e vírgula separa termos de uma enumeração que já contém vírgulas internas e indispensáveis.
- (D) Em "liberando os indivíduos das limitações [...] e tornando a comunicação mais flexível", seria obrigatória a vírgula antes do segundo "e", por unir orações essenciais ao sentido do texto.

Questão 26

Acerca do emprego (ou da vedação) do acento indicativo de crase, julgue os itens a seguir em verdadeiro (V) ou falso (F).

() Em "o fácil acesso às informações", a crase justifica-se pela fusão da preposição "a", exigida pelo nome "acesso", com o artigo "as".

() Em "manter contato com pessoas que estão distantes", caso "pessoas" fosse substituído por "a comunidade", seria obrigatória a crase: "contato à comunidade".

() Diante de palavra masculina, como em "acesso a equipamentos digitais", não ocorre crase, por ausência de artigo feminino.

() Em "as pessoas passaram [...] a participar de forma ativa", o "a" que antecede o infinitivo "participar" não recebe crase, por preceder verbo.

Assinale a alternativa com a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) F, V, V, F.
 (B) V, V, F, V.
 (C) V, F, F, V.
 (D) V, F, V, V.

Questão 27

Considerando as regras de colocação pronominal da norma-padrão, analise as ocorrências do texto e assinale a alternativa correta.

- (A) Em "Os meios de massa baseiam-se no sistema de broadcasting", a ênclise é inadequada, exigindo-se a próclise pelo sujeito anteposto.
- (B) Em "a cibercultura, que se consolidou [...]", a próclise é obrigatória, pois o pronome relativo "que" funciona como fator de atração.
- (C) Em "O termo 'rede social' tornou-se sinônimo", a ênclise é desvio, exigindo-se a próclise por se tratar de oração afirmativa.

- (D) Em "Uma das apropriações mais intensas deu-se no campo", poderia empregar-se a próclise, por estar o verbo no pretérito perfeito.

Questão 28

Examine as reescritas do trecho "Houve [...] uma mudança significativa na estrutura da comunicação" e com base nas regras de concordância da norma-padrão, assinale a reescrita que mantém a correção gramatical.

- (A) Existiram, na estrutura da comunicação, mudanças significativas decorrentes da internet.
- (B) Devem haver mudanças significativas na estrutura da comunicação decorrentes da internet.
- (C) Fazem anos que ocorreu essa mudança significativa na estrutura da comunicação.
- (D) Houveram mudanças significativas na estrutura da comunicação decorrentes da internet.

Questão 29

Os vícios de linguagem são desvios da norma-padrão que comprometem a clareza, a eufonia ou a correção do enunciado. As frases a seguir foram construídas seguindo a temática do texto, nesse sentido, associe cada ocorrência ao vício de linguagem que ela exemplifica.

COLUNA I - Ocorrências

I. "A nova feature do aplicativo agradou os usuários."

II. "Os usuários criaram um elo de ligação entre suas comunidades."

III. "O moderador repreendeu o usuário em seu perfil."

IV. "Por cada publicação compartilhada, surgia uma polêmica."

COLUNA II - Classificações

() Cacofonia

() Estrangeirismo

() Pleonasmo

() Ambiguidade

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) I, IV, II, III.
 (B) I, IV, III, II.
 (C) IV, I, III, II.
 (D) IV, I, II, III.

Questão 30

Avalie as asserções a seguir, relativas à tipologia textual predominante no texto, e a relação proposta entre elas.

I. No texto, predominam sequências de base expositivo-argumentativa, uma vez que a apresentação conceitual das redes sociais digitais é integrada à defesa de sua relevância na reconfiguração das práticas comunicativas contemporâneas.

PORQUE

II.A organização dos parágrafos não se limita a descrever fenômenos tecnológicos: articula definição, contextualização histórica, relações de causa e consequência e contraste entre o broadcasting e a lógica participativa em rede.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta:

- (A) A asserção I é falsa, e a asserção II é verdadeira.
- (B) A asserção I é verdadeira, e a asserção II é falsa.
- (C) As duas asserções são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- (D) As duas asserções são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

Conhecimentos Gerais

Questão 31

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São José do Cedro (SC), a nomeação será feita de acordo com alguns critérios. Sobre tais critérios, analise as assertivas abaixo.

I.Em comissão, para os cargos de confiança, de livre nomeação e exoneração.

II.Em caráter extraordinário, quando se tratar de necessidade imperativa.

III.Em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de provimento efetivo.

IV.Em caráter especial de contratação temporária, de acordo com a legislação vigente.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.

Questão 32

A vegetação brasileira apresenta grande diversidade em razão da extensão territorial do país e da influência de fatores como clima, relevo, solo e disponibilidade hídrica. Além de sua importância ecológica, os diferentes domínios vegetacionais desempenham papel fundamental na conservação da biodiversidade, na regulação climática e na manutenção dos recursos naturais. Sobre esse tema, analise as assertivas a seguir e classifique cada uma como verdadeira (V) ou falsa (F).

()O Cerrado é considerado o segundo maior bioma da América do Sul e é conhecido também como a savana brasileira.

()A Caatinga é uma vegetação exclusivamente brasileira, adaptada às condições de escassez hídrica predominantes no semiárido.

()A Mata Atlântica permanece integralmente

preservada, concentrando-se principalmente no interior do território nacional.

()O Pantanal é reconhecido como uma extensa planície sujeita a inundações periódicas que influenciam sua dinâmica ecológica.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- (A) F, V, F, V.
- (B) V, V, F, F.
- (C) F, V, V, F.
- (D) V, V, F, V.

Questão 33

Por volta de 1950, o desenvolvimento da localidade de São José do Cedro (SC) foi impulsionado pela instalação de uma empresa que facilitou a oferta de material indispensável para a instalação dos pioneiros da sua colonização. Esse contexto se refere:

- (A) À instalação da primeira serraria, facilitando a oferta de madeira, indispensável para a construção de residências.
- (B) À instalação do primeiro entreposto comercial, facilitando a oferta de mercadorias necessárias ao cotidiano dos colonizadores.
- (C) À instalação da primeira olaria, facilitando a oferta de tijolos, indispensáveis para a construção de residências.
- (D) À instalação do primeiro moinho colonial, facilitando a oferta de insumos essenciais para a subsistência das famílias pioneiras.

Questão 34

Nas últimas décadas, a intensificação das mudanças climáticas tem impulsionado a adoção de compromissos ambientais por governos, empresas e organizações internacionais, incluindo iniciativas nas quais se destacam estratégias voltadas à transformação dos modelos de produção e consumo. Nesse contexto, qual é a relação entre a tendência de neutralidade de carbono e o desenvolvimento sustentável?

- (A) Priorizar a captura e o armazenamento de carbono como principal estratégia para neutralizar os impactos nocivos das atividades humanas sobre o meio ambiente.
- (B) Substituir gradualmente as atividades econômicas mais emissoras por setores produtivos de menor intensidade carbônica.
- (C) Mensurar e controlar as emissões de gases de efeito estufa para orientar políticas de redução dos impactos ambientais.
- (D) Alcançar o equilíbrio entre a quantidade de gases de efeito estufa emitida e a removida ou compensada, reduzindo os impactos ambientais das atividades humanas.

Questão 35

Considerando as disposições da Lei Orgânica do Município de São José do Cedro (SC) sobre a atuação da administração pública municipal e o direito de acesso às informações públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) As informações referentes à administração municipal podem ser fornecidas segundo critérios de conveniência administrativa.
- (B) O direito de acesso às informações públicas municipais restringe-se aos interesses particulares do requerente, caso não seja um munícipe.
- (C) A todos é assegurado o direito de receber informações e certidões de interesse particular, coletivo ou geral, no prazo legal estabelecido.
- (D) O acesso a informações públicas municipais depende da comprovação de interesse direto e de autorização administrativa.



Associação dos Municípios do
Extremo Oeste de Santa Catarina

 **(49) 3621-0795**  **ameosc@ameosc.org.br**  **Segundo Aníbal Balbinot, 189
Agostini, São Miguel do Oeste/SC**

 **@ameoscoficial**  **www.ameosc.org.br**